

Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna

Estudo sobre a acumulação primitiva de capital

Pedro Rocha de Oliveira



Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225, casa Editora PUC-Rio
22451-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucRio

Conselho gestor: Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Júlio Diniz, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira e Sergio Bruni

Edições Loyola Jesuítas

Rua 1822, 341 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
T 55 11 3385 8500/8501 • 2063 4275
editorial@loyola.com.br
vendas@loyola.com.br
www.loyola.com.br

Preparação de originais: Ivone Teixeira

Revisão tipográfica: Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa e miolo: Regina Ferraz

Ilustração de capa: retirada da obra *Monstrorum Historia*, de Ulisse Aldrovandi, edição de 1642. Domínio público.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita das editoras.

ISBN (PUC-Rio): 978-85-8006-250-2

ISBN (Loyola): 978-85-15-04534-1

© EDITORA PUC-RIO, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Pedro Rocha de

Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna : estudo sobre a acumulação primitiva de capital / Pedro Rocha de Oliveira. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio ; São Paulo : Edições Loyola, 2018.

304 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia

1. Consumo (Economia) – Aspectos sociais. 2. Inglaterra – Condições econômicas. 3. Capitalismo. 4. Mercadorias. I. Título.

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080

Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

Introdução	7
A Inglaterra no final do século XV	15
1 A estrutura da sociedade inglesa	21
Os camponeses	21
A aristocracia	37
A Coroa	47
A Igreja	53
As cidades	61
A estrutura da sociedade inglesa e as origens do capitalismo	70
2 Transformações socioeconômicas	73
A ascensão da manufatura rural	73
A concentração e a mercadorização da terra	77
A Reforma Anglicana	91
A pobreza moderna	103
A concentração de riqueza	107
A ascensão das elites econômicas	114
3 O Estado na alvorada da modernidade	119
Estruturas de governo no final do século XV	120
A monetarização da Coroa e as novas elites econômicas	130
A reforma militar e a concentração de poder pela Coroa	136

A Coroa e o Parlamento na política de terras	145
A dimensão judicial da concentração de poder pela Coroa	151
O controle estatal da pobreza	161
Reforma religiosa e consolidação estatal	167
4 As rebeliões populares	175
Revolta e relações de classe no final da Idade Média	176
Transformações socioeconômicas, rebelião popular e repressão estatal	187
O processo concreto da rebelião popular na alvorada da modernidade	191
5 O esforço colonial inglês	213
Expansão e intensificação do domínio sobre a Irlanda	213
Comércio ultramarino e pirataria	247
Os assentamentos nas Américas	251
Conclusão	275
Poder estatal e oligarquia econômica	275
A forma de vida capitalista como fonte e finalidade do governo moderno	279
Modernização e colonização	287
Os inimigos da sociedade moderna	291
Bibliografia	301

Introdução

Neste livro procuramos contar a história da origem da determinação da vida social pela produção de mercadorias. É verdade que o consumo e a produção de mercadorias são práticas humanas muito antigas; porém, em períodos históricos recentes, elas se tornaram as formas principais e inescapáveis de satisfação de necessidades, condicionando todas as nossas experiências sociais e construindo todo um mundo de instituições e relações políticas. Este trabalho se debruça sobre o lugar e o momento em que essa centralidade socioeconômico-política da produção de mercadorias começa a se verificar: a Inglaterra do século XVI. Nesse período, delinea-se um processo violento e definitivo de inviabilização da agricultura de subsistência; intensifica-se a mercadorização da terra e, com isso, entre o trabalho no campo e a satisfação das necessidades materiais humanas surge a mediação do dinheiro e do mercado. A colaboração comunal para a produção de alimentos – que, ao que tudo indica, foi o ponto de partida para a socialização humana desde que a espécie apareceu sobre a Terra – desintegra-se paulatinamente. Aldeias, e depois regiões inteiras, têm seu padrão de ocupação violentamente alterado: os camponeses que, por gerações incontáveis, apropriavam-se diretamente das coisas de que precisavam para viver, dão lugar aos pastos para os rebanhos privados ou às comunidades de fiadores em perpétua dívida com os proprietários de seus casebres. Os espaços tradicionais de plantio, de criação de animais, de habitação, de celebrações coletivas e de organização política vão sendo transformados e destruídos. A lã, a carne, os grãos tornam-se acessíveis apenas a quem o mercado atribui utilidade econômica por meio do assalariamento. A miséria – anteriormente, o produto de catástrofes naturais, como secas ou epidemias – aparece como produto

ordinário do funcionamento econômico, e multidões de sem-terra amontoam-se nas novas periferias urbanas ou vagueiam pelas estradas. A rebelião social explode, protagonizada tanto por essas populações expropriadas, que lutam por manter ou reaver os meios de subsistência, quanto pelas classes médias interessadas nos frutos da expropriação.

Promovendo a conversão da terra e de seus produtos em mercadorias, crescem e enriquecem novas elites cujo poder estará ligado não mais à antiguidade do sangue, mas ao dinheiro – não mais à posse da terra, mas ao uso comercial dela. Respondendo aos anseios dessas elites, beneficiando-se de seu enriquecimento, coordenando seus esforços pela intimidação legislativo-judicial e pelo favorecimento burocrático, a monarquia também se transforma. Monetizando-se, cria um mecanismo de administração social baseado em pagamentos e privilégios econômicos, cada vez mais independentes dos laços de lealdade dinástica. Enquanto a elite vai perdendo sua importância militar, e assim seu poder de coagir a Coroa, desenvolve suas vocações manufatureiras e comerciais e, com bênçãos monárquicas, se lança nas empreitadas coloniais.

[Acumulação primitiva]

A inspiração fundamental deste trabalho é o conceito de “acumulação primitiva de capital”, exposto por Karl Marx no famoso capítulo 24 do Livro 1 de *O capital*. Fundamentalmente, esse conceito refere-se aos processos que precisavam ter lugar antes que o capitalismo exista como sistema social. Mas, porquanto tenha uma dívida para com a extensa literatura que discutiu e restabeleceu o conceito de acumulação primitiva desde sua formulação original, este livro não se dedica a questões técnicas do marxismo. Pouco afeitos a discussões metodológicas, acreditamos que a relevância das categorias fundamentais do pensamento crítico só

pode ser estabelecida pela sua aplicação na interpretação da realidade. Assim, as análises e evidências documentais da bibliografia marxista e marxiana foram constantemente co-tejadas com fontes e abordagens empregadas por não marxistas – não para testar sua validade, mas para fazer aparecer seu potencial cognitivo por contraste e pela lida direta com a história.

[História do capitalismo]

Também é importante deixar claro que, antes de ser um trabalho sobre a história da Inglaterra, este livro é um estudo sobre a história do capitalismo. Enquanto analisamos processos que tiveram lugar na sociedade inglesa do século XVI, estamos preocupados em extrair daí lições a respeito da natureza e da origem do sistema sob cuja influência direta ou indireta vive, hoje, a totalidade da espécie humana. Apostamos na ideia de que esse sistema teve sua origem num momento determinado e num lugar determinado, e nos esforçamos por apresentar ao leitor uma imagem desse momento e desse lugar. Ao mesmo tempo, trata-se de entender os fatores que se somaram para tornar a sociedade inglesa pioneira na forma social que veio a difundir-se por todo o planeta. Assim, dedicando-nos à Inglaterra de séculos atrás, estamos falando de algo que nos diz respeito diretamente hoje: a mediação da vida humana pela produção de mercadorias. Já no final do século XVII, 40% dos ingleses viviam de ocupações não agrícolas,¹ de modo que, diferentemente da maior parte da humanidade desde suas origens, já tinham em comum conosco, habitantes do capitalismo tardio, o fato de existirem num tempo e num lugar onde a comida era produzida para ser vendida, e só podia ser

¹ Dimmock, Spencer. *The origins of capitalism in England, 1400-1600*. Leiden: Brill, 2014, p. 150.

adquirida por quem encontrasse oportunidade de vender sua força de trabalho em troca de dinheiro.

[Periodização]

O período em que nos concentramos abrange desde o final do século XV até o início do século XVII – o *longo século XVI*, a alvorada da modernidade. As balizas que delimitam o período são 1485 – a ascensão da dinastia Tudor, sob Henrique VII, reconhecido reformador do aparato monárquico – e 1625, quando termina o reinado de James I, da dinastia Stuart. O período seguinte, particularmente complexo, marcado pela guerra civil inglesa, pela experiência republicana e pelo protetorado, será assunto de um estudo futuro.

Evidentemente, não é possível colocar uma data precisa na origem de formas sociais tão complexas quanto o capitalismo e o Estado moderno, mas o período que escolhemos oferece algumas vantagens do ponto de vista da tentativa de focar a atenção sobre sua *ascensão*. Por um lado, encontramos nesse período uma relativa homogeneidade política – a despeito dos problemas sucessórios, em meados do século XVI, e da mudança dinástica no início do século XVII –, ao mesmo tempo marcada por interessantes transformações institucionais – ou seja, transformações na maneira como o poder político é exercido. No plano econômico, os processos de concentração de riqueza e de transformação da forma de lida com a terra, embora perceptíveis em séculos anteriores, intensificaram-se consideravelmente, de modo a facilitar sua visibilidade teórica.

[Definições preliminares]

Não podemos, na Introdução deste trabalho, estabelecer rigorosamente os conceitos de capitalismo e de Estado com que trabalharemos: tal estabelecimento é o objetivo do livro, atingido apenas no decorrer do estudo. Contudo, parece-

-nos útil compartilhar com o leitor as inspirações teóricas que perseguimos nos capítulos que se seguem.

Como já sugerimos, consideramos que compreender a gênese do capitalismo equivale a compreender a origem da *sociedade produtora de mercadorias*. Chamamos assim à sociedade na qual, tendencialmente, os produtos do trabalho humano existem primeiramente para serem vendidos, e apenas secundariamente para satisfazer necessidades. E entendemos que a sociedade onde esse estado de coisas se generalizou – onde o arroz e o feijão não existem porque saíam a fome, mas porque (às vezes) podem ser trocados por dinheiro, e algo análogo pode ser dito dos livros, casas, sapatos, casacos etc. – só é possível quando as pessoas comuns são impedidas – por meio da força – de produzir autônoma e coletivamente as coisas de que necessitam para satisfazer suas necessidades.

Trocando em miúdos, partimos da ideia de que a sociedade produtora de mercadorias é, sobretudo, a sociedade em que a agricultura de subsistência foi inviabilizada e, com ela, tendencialmente, a totalidade da autonomia produtiva das pessoas comuns. Atentando para o processo daquela inviabilização – o qual, aliás, é um processo contínuo – deparamos com a expropriação da terra – do espaço e dos recursos naturais – pela constituição de uma série de instituições jurídicas, políticas e militares funcionando no horizonte da propriedade privada, e antepondo-se à posse comunal primitiva ou a esquemas antigos e medievais de lida com a terra, nos quais a atividade humana estava centrada na satisfação coletiva de necessidades. O surgimento dessas novas instituições jurídicas, políticas e militares, oriundas do esforço de expropriação e privatização da terra, e daí desenvolvidas para abarcar potencialmente todas as relações sociais, é o que, de início, entendemos pela ascensão do Estado moderno.

[Organização do livro]

Nossa apresentação da gênese do capitalismo e do Estado moderno está organizada em cinco capítulos, que se seguem a um panorama geral da Inglaterra do período. No Capítulo 1, traçamos um mapa da estrutura da sociedade inglesa pelo exame das capacidades políticas e funções econômicas do campesinato, da aristocracia, da Coroa, da Igreja e das cidades. No Capítulo 2, partindo dessa estrutura de distribuição de poder, analisamos os impactos econômicos e sociais do processo de mercadorização da terra. No Capítulo 3, focando as consequências dessas transformações econômicas para a administração social, analisamos reconfigurações das instituições de governo e das relações de força e de interesse entre a monarquia e as elites novas e tradicionais. No Capítulo 4, debruçamo-nos sobre as rebeliões sociais do período, que entendemos como reação popular à violência econômica e extraeconômica envolvida nas transformações descritas nos Capítulos 2 e 3. No Capítulo 5, sobre o esforço colonial inglês, damos conta da maneira como tais transformações impulsionam a elite inglesa a estender suas práticas econômicas sobre territórios e populações na Irlanda e no continente americano.

[O procedimento de exposição]

Na medida em que nosso trabalho está preocupado com a ascensão de formas sociais – ou a construção histórica de um complexo conjunto de práticas sociais, econômicas e políticas, e o estabelecimento de um modo de vida catastróficamente novo na história da humanidade –, nossa preocupação foi sobretudo a de *delinear processos históricos*: acontecimentos ou fenômenos complexos que tiveram lugar ao longo de amplitudes variadas de tempo. Ainda que recheada de comparações numéricas e exemplos documen-

tais, essa ênfase nos processos intencionalmente distancia o nosso texto das histórias gerais e das narrativas episódicas. Aqui, dar conta de alguma batalha nos interessa menos do que a discussão das instituições e arranjos de força que tornavam as batalhas possíveis e necessárias, e a promulgação de uma legislação importa menos que a explicitação das razões pelas quais certos acordos políticos são celebrados sob a forma de lei.

De igual maneira, as sucessões dinásticas, os conselhos de governo, as lideranças políticas não nos interessam aqui enquanto coleções de indivíduos chamados X e Y, que em tal e tal dia tomaram tal decisão etc., mas enquanto instituições com determinadas capacidades e limites, a serem explicitados tão minuciosamente quanto possível. Conscientemente procuramos evitar a construção de uma narrativa articulada em termos de “grandes nomes” e “grandes momentos”. Em narrativas desse tipo, a história assume o aspecto de um relato sobre decisões portentosas de indivíduos especiais – particularmente poderosos, de caráter brilhante, dotados de extenso séquito, de convicções inquebrantáveis, muito ricos, coerentes ou incoerentes etc. –, e parte da experiência intelectual do leitor torna-se um esforço por formar as imagens pontuais que sobressaem de um pano de fundo mais ou menos desprezável. A historiografia – especialmente sobre a Inglaterra, com sua antiga tradição aristocrática – está cheia de trabalhos assim, e a sua leitura pode até ser muito proveitosa. Contudo, o seu pressuposto – a similitude entre a história e a novela – não é compartilhado por nós. O que nos preocupa e fascina é que tanto a fonte das ações individuais dos “grandes nomes” quanto o destino dessas ações são o colossal e sempre urgentemente complexo emaranhado da realidade social, e que é possível desenvolver uma narrativa que verse diretamente sobre esse emaranhado, sem necessariamente filtrá-lo em termos dos caprichos e inclinações das

pessoas incomuns. Afinal, quando tal filtragem é feita, a rainha fulana ou o seu sicrano adquirem valor cognitivo, enquanto os infelizes que morreram seguindo suas ordens ou a inspiração de suas palavras desaparecem à sua sombra: ou seja, na história novelizada, as hierarquias morais, políticas, estéticas, sob as quais padece a maior parte da humanidade, acabam reproduzidas diretamente pela forma narrativa.

Não acreditamos, por outro lado, que seja desejável tentar dissolver tais hierarquias por meio de uma visada propícia ou de uma maneira de escrever. Para começar, as narrativas históricas que, em vez de falar dos grandes nomes, resolvem falar do sujeito comum da esquina, tendem a fazê-lo nos mesmos termos novelescos tradicionalmente reservados aos príncipes e princesas, os quais rejeitamos. Mais importante do que isso, contudo, é o fato de que o poder e a violência são parte da realidade sobre a qual a nossa narrativa histórica quer falar – e são a fonte de horrores passados e presentes. Como são os horrores presentes que nos fazem querer iluminar a história, os horrores passados nos importam mais do que as micronarrativas particulares de sucesso. Ao mesmo tempo, não se trata apenas de atentar para um conjunto determinado de fatos repulsivos, de vidas determinadas destruídas. Tal esforço, embora legítimo, não é o nosso. O que tentamos fazer é expressar o próprio processo histórico na medida em que é intrinsecamente violento e destrutivo.

Por isso, a nossa narrativa é montada em termos mais ou menos anônimos: é, principalmente, uma história das coisas – a terra, a lei, o dinheiro, o governo – que, com a modernização da sociedade, tornam-se a fonte do padecimento humano. Estamos cientes de que essa escolha pode ser percebida como metodologicamente problemática: algum bem-intencionado poderia objetar que colocamos as coisas acima das pessoas. Tal objeção seria absolutamente

acurada; contudo, não acreditamos que seja metodologicamente resolvível. Estamos convencidos de que o poder das coisas sobre as pessoas é constitutivo do problema real que precisamos entender e, por isso, sua dissolução por meio de alguma receita para falar corretamente nos tornaria cegos para a sua horrenda extensão e implicações. Vejamos se, à altura da nossa Conclusão, tal convicção será partilhada pelo leitor.

A Inglaterra no final do século XV

No início do período que nos interessa analisar, a Inglaterra era um reino com limites geográficos externos semelhantes aos de hoje. Como resultado de conquistas militares e alianças políticas que remontavam ao século XI, a Coroa inglesa reivindicava poder sobre a Irlanda e sobre o País de Gales, mas, concretamente, sua autoridade jurídica, administrativa e fiscal nessas regiões era muito tênue. Já a Escócia era um reino independente e separado, politicamente próximo da França, então o grande inimigo inglês. Assim, não havia nenhuma unidade política equivalente ao que hoje se chama Reino Unido – mas, no final do período que estudaremos, essa situação se alteraria ligeiramente.

Internamente, a divisão da Inglaterra em condados (*counties* ou *shires*) sofreu pouca alteração desde o período que estudaremos até hoje. Os condados eram regiões político-administrativas controladas sobretudo pela aristocracia – os condes, ou *earls* – e subdivididas internamente, conforme teremos ocasião de discutir. Regionalmente, os condados eram – como ainda são – usualmente agrupados em quatro ou cinco regiões: o Norte, cuja principal província é York; as Midlands, às vezes separadas em Midlands Orientais e Ocidentais, que vão desde os condados fronteiriços ao País de Gales no oeste, até a costa leste; o Sudoeste; e os Home

Counties, os condados do sudeste vizinhos a Londres. O Sudoeste e os Home Counties são, às vezes, tratados como região única, o Sul. Ademais, persistem algumas subdivisões que remontam a períodos bastante antigos, tais como a designação de East Anglia para os condados orientais de Norfolk e Suffolk.

Havia grande diversidade econômica e cultural no interior da Inglaterra. Em Londres, a existência de dezenas de milhares de pessoas girava em torno das corporações comerciais, enquanto no condado episcopal de Durham, no norte, os camponeses viviam sob esquemas muito próximos aos do feudalismo continental. De fato, era apenas aí e em outras regiões isoladas que aquilo que usualmente chamamos de feudalismo persistia na Inglaterra: na maior parte de seu território, relações propriamente feudais não sobreviveram ao final do século XIV. Na fronteira com a Escócia e no País de Gales, práticas de pilhagem regiam as relações entre os senhores de terras, em prontidão militar permanente. No sudoeste, a maior parte da população tinha como primeira língua não o inglês, mas o cornoico, um idioma céltico.

Tal diversidade tinha certa expressão política. Afinal, boa parte dos aristocratas ingleses – especialmente no norte –, embora não questionasse abertamente a autoridade monárquica, tampouco a obedecia incondicionalmente: antes, governavam seus condados, ou as subdivisões destes, numa espécie de parceria com o governo central. Certo número de cidades era governado por oligarquias que, em suas operações quotidianas, deviam pouca satisfação à Coroa. E a Igreja católica, da mesma forma que no continente europeu, formava uma estrutura de poder paralelo ao monárquico.

Em 1485, a população inglesa era de cerca de 2,5 milhões; nas primeiras décadas do século XIV, contudo, havia sido de cinco milhões. A epidemia de peste negra, que chegou à Inglaterra por volta de 1350, é responsável pelo declí-

nio populacional, e a lentidão da subsequente retomada demográfica deve-se, pelo menos parcialmente, a alterações no padrão de ocupação da terra relacionadas com a mercadorização da sociedade. Enquanto, no total, as famílias aristocráticas reuniam alguns milhares de indivíduos, e a população urbana era de cerca de 200 mil pessoas, a maioria esmagadora dos ingleses era de camponeses.

Havia poucas grandes cidades, mas Londres era uma das maiores metrópoles europeias: sua população havia dobrado ao longo do século XV, chegando a cerca de 80 mil pessoas no início do século XVI – e cresceria enormemente até o final de nosso período, chegando a 200 mil habitantes no início do século XVII e a 350 mil por volta de 1650.² Das demais cidades, a maior era Norwich, em East Anglia – uma área de mercadorização precoce –, com cerca de 16 mil habitantes; Coventry (nas Midlands), York (no Norte) e Exeter (no Extremo Oeste) tinham entre 6-8 mil.³

Como afirmamos na Introdução, este trabalho se ocupa pouco da história dos grandes nomes: estudaremos a instituição monárquica, mas apenas raramente nos reportaremos a características específicas ou momentos particulares

² Para efeitos de comparação, Paris tinha 200 mil habitantes, no início do século XVI, e chegaria ao final do século XVII com 450 mil habitantes.

³ As estimativas populacionais para o nosso período e períodos anteriores são baseadas sobretudo em documentos produzidos pela coleta de impostos. Dado que os métodos de tal coleta variavam regionalmente em eficiência, e uma parcela da população não pagava impostos, tais estimativas envolvem o emprego de complexos modelos matemáticos, combinados a palpites fundamentados em escolhas teóricas e interpretativas. Também é importante manter em mente que os insalubres subúrbios londrinos, onde os despossuídos oriundos de todos os cantos da Inglaterra amontoavam-se, constituem um território largamente indocumentado em nosso período e, portanto, desconhecido (cf. Clay, C.G.A. *Economic expansion and social change: England 1500-1700*. Vol. II: Industry, trade, government. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 97).

dos governos por que passou a Inglaterra entre 1485 e 1625. Como, contudo, a maior parte da literatura a respeito de nosso período está organizada em termos de reis, rainhas e regentes, é útil sumarizar para o leitor a ordem sucessória pela qual passou, então, o trono da Inglaterra.

Nosso período começa com o reinado de Henrique VII, inaugurador da dinastia Tudor, que subiu ao trono da Inglaterra em 1485 por meio de uma guerra civil. Em 1509, sucedeu-o seu filho, Henrique VIII, famoso pelos seis casamentos que perpetrou e por ter dado início ao processo de separação entre a Igreja católica romana e a Igreja anglicana – processo esse que exigirá a nossa atenção nos capítulos subsequentes. Quando da morte de Henrique VIII, em 1547, subiu ao trono seu único filho homem, Eduardo VI, uma criança de nove anos de idade e saúde frágil. Durante os seis anos de seu reinado, foram estabelecidas duas regências: a do populista duque de Somerset, até 1550, e a do conde de Warwick, feito duque de Northumberland, entre 1550 e 1553. Como Eduardo VI morreu jovem demais para deixar sucessores naturais à Coroa, sua morte foi ocasião para conspirações sucessórias – nas quais, aliás, o duque de Northumberland se envolveu, o que lhe custou a cabeça. Fracassadas essas conspirações, subiu ao trono Maria I, a filha mais velha de Henrique VIII.

O reinado de Eduardo VI fora marcado pela aproximação com o protestantismo, mas Maria I era católica, e, enquanto ocupou o trono, empreendeu esforços contrarreformadores buscando uma reaproximação com a Igreja romana, com o papa e com a Espanha – a potência católica de então, e terra de sua mãe, Catarina de Aragão. De fato, Maria I casou-se com o príncipe Felipe, herdeiro do trono espanhol, mas – depois de uma gravidez psicológica que agitou a corte com a perspectiva de uma criança que fosse simultaneamente herdeira da Inglaterra e da Espanha – morreu sem

deixar filhos em 1558, tendo reconhecido como herdeira a protestante Elisabete, sua meia-irmã, filha de Henrique VIII com sua segunda esposa.

Elisabeth I subiu ao trono em 1559 e reinou até 1603. Investindo no culto à sua própria personalidade ativa e virginal, morreu sem herdeiros, o que deu um fim à dinastia Tudor. Foi sucedida por James, da dinastia Stuart, um primo distante, fruto do casamento de Margareth, irmã de Henrique VIII, e Jaime IV, rei da Escócia. De fato, James I da Inglaterra foi, também, James VI da Escócia, e seu reinado unificou as duas Coroas. Herdando e expandindo os esforços colonizadores de sua antecessora sobre a Irlanda, James I foi o primeiro a intitular-se rei da Grã-Bretanha. Quando morreu em 1625, deixou o trono para seu filho Charles I, cujo reinado sai do alcance deste trabalho.

Também é importante situar o leitor na política internacional do período. A Inglaterra, em 1485, era uma potência militar medíocre cujas terras eram disputadas pela aristocracia francesa. A razão de tal disputa remontava à conquista normanda do século XI, quando a aristocracia francesa substituiu a saxã no controle da Inglaterra. Disso resultava que, em nosso período, olhando para trás, era possível afirmar que os reis da França e da Inglaterra possuíam antepassados comuns, com base no que cada um deles podia afirmar direitos sobre parte das terras do outro. Assim, no início de nosso período, houve épocas de hostilidade entre os dois reinos devido à afirmação desses direitos, e Henrique VIII gastou rios de dinheiro em campanhas pueris e infrutíferas contra seu inimigo continental.

A preocupação inglesa com a ameaça militar francesa também foi recorrente em nosso período, especialmente na primeira metade dele e nos momentos de regência e sucessão monárquica problemática. O recalcitrante, porém internacionalmente reconhecido alinhamento com Estados

protestantes, posicionava a Inglaterra contra uma possível aliança das grandes potências católicas: a França, o Sacro Império e a Espanha. Contudo, os problemas da política continental acabaram desviando a atenção das potências europeias da Inglaterra. A ameaça otomana foi uma constante no período. Ademais, o imperador Carlos V tinha pretensões sobre a França, e também sobre a Itália, e passou boa parte da primeira metade do século XVI envolvido em conflitos militares aí. Entre 1568 e 1648, a Holanda lutou uma guerra de independência particularmente destrutiva contra a Espanha – a chamada Guerra dos Oitenta Anos –, a qual, aliás, contou com a participação da Inglaterra de Elisabeth I no lado holandês.

Assim, por mais que as cidades costeiras do sul da Inglaterra tenham vivido momentos de paranoia militar, e até sofrido alguns ataques marítimos esporádicos, as complicações europeias e a condição insular da Inglaterra serviram para protegê-la de invasões durante a maior parte de nosso período. A exceção foi a ameaça da chamada Invencível Armada, organizada pela Coroa Espanhola em resposta à participação inglesa na defesa da Holanda. O ataque, lançado em 1588, foi, contudo, destruído em alto-mar, antes que as tropas espanholas pudessem desembarcar em solo inglês. Embora uma tempestade inclemente tenha desempenhado certo papel na derrota marítima da Espanha, outro fator crucial foi uma marinha inglesa experiente e muito mais bem aparelhada que a do início do período. Esse desenvolvimento militar foi, de fato, uma importante dimensão das transformações sociais de que daremos notícia no que se segue.